

Uma 'perestroika' na Saúde

Otelino de Souza *

A rede pública de serviços de saúde encontra-se em situação caótica. É bastante significativo o crescimento dos casos de famílias submetidas ao "turismo do terror", percorrendo vários hospitais da cidade com um paciente em estado grave, que não é atendido por falta de especialistas ou devido a equipamentos defeituosos. Há pouco tempo, vimos um caso dos médicos baianos, que tomaram a decisão inaceitável de radicalizar sua greve, deixando de atender às emergências na rede pública.

Participei intensamente do movimento médico, mantendo uma militância de esquerda e, por isto, considero minha a responsabilidade de tentar contribuir para que a esquerda formule uma alternativa válida de reforma sanitária no Brasil. Nestes tempos de intensa guerra ideológica, instalou-se grande confusão sobre o que significa ser *direita* ou *esquerda*. É fundamental, portanto, iniciar o artigo definindo o que quero dizer com essas expressões.

Considero *esquerda* as pessoas que lutam por melhorias imediatas nas condições de vida. São *esquerda* os religiosos progressistas, os socialdemocratas, os socialistas e os comunistas. São *esquerda* os partidos que, efetivamente, apoiaram Lula no segundo turno da eleição presidencial, uma minoria do PMDB, setores do PSDB, o PSB, o PDT, o PT, o PV e os PCs. São *direita* os que fazem de tudo para manter a situação de profunda desigualdade social existente no Brasil, uma das mais injustas do mundo. A *direita* luta para manter os privilégios de uma minoria de 1% que abocanha mais da metade das riquezas produzidas no Brasil. Embora se diga democrata, a *direita* se assusta e protesta sempre que os trabalhadores mobilizam-se para reivindicar os seus direitos. Auto-intitulando-se *centro* ou *moderados*, são *direita* os partidos que apoiaram Collor no segundo turno da elei-

ção presidencial, a maioria do PMDB, setores do PSDB, o PL, o PFL, o PDS, o PTB e outros partidos menores.

Grande parcela da responsabilidade por essa situação caótica cabe à direita que, ao longo dos últimos anos, promoveu um deliberado e criminoso sucateamento da rede pública de saúde visando à privatização. A recente ação de obstrução da implantação do Sistema Único Descentralizado de Saúde (Suds) faz parte da estratégia da direita na saúde, que ganhou fôlego com a eleição de Collor de Mello.

Ao assumir cargos a níveis municipal, estadual e federal e controlar a maioria dos sindicatos e outras entidades dos profissionais de Saúde, a esquerda participou da gestão da política de saúde e contribuiu, seja por erros ou omissões, para a degradação dos serviços. Para enfrentar e derrotar a ofensiva direitista, a esquerda precisa repensar e formular uma nova proposta de política de saúde. Este artigo pretende demonstrar a necessidade de uma *perestroika* na saúde.

A constatação de que tanto a classe média quanto a classe operária, quando pode, preferem a Amil, Golden Cross, seguros saúde e clínicas particulares deve servir de alerta para a esquerda, que sempre defendeu a rede pública de saúde.

Não basta a esquerda denunciar que a iniciativa privada é incapaz de prestar os serviços de saúde de que o povo brasileiro necessita. Temos contra-atacado a propaganda maciça do setor privado, dizendo que ele só atende a parcela saudável da população; que rejeita as doenças graves e crônicas, deixando para a Previdência os tratamentos mais caros; que ilude a clientela anunciando serviços que não são, efetivamente, prestados e remuneram pessimamente os profissionais de Saúde. Mas isso é insuficiente.

Não basta reivindicar políticas que alterem favoravelmente fatores determinantes da saúde, como salários, educação, saneamento básico, transportes, habitação e meio ambiente.

Não basta lutar pela municipalização, é ilusão pensar que o controle das verbas pelas prefeituras é suficiente para garantir uma melhoria significativa na qualidade dos serviços de saúde.

A fórmula que nós propagandamos nas greves de médicos no início dos anos 80 — "melhores salários, melhores condições de trabalho, melhor atendimento à população" — é falsa. Nós reivindicávamos 10 salários mínimos. Hoje, o médico do Inamps ganha 20 salários mínimos ou mais e o atendimento continua ruim.

É impossível fazer uma defesa eficiente da rede pública, sem reconhecer suas distorções e trabalhar para superá-las. A esquerda precisa ter a coragem de fazê-lo. A estrutura sacrifica a busca da qualidade dos serviços em benefício de outros interesses, como os da indústria farmacêutica, de equipamentos e de insumos básicos, além do clientelismo político e da corrupção. É estimulado o desperdício de recursos. O sistema de remuneração é injusto. Paga igualmente ao bom e ao mau profissional, nivelando-os por baixo. O profissional consciente dos seus deveres acaba desestimulado. Não existe estímulo para que a clientela dê valor ao serviço que lhe é prestado.

Toda a estrutura da rede pública de saúde está gravemente doente, e só uma profunda reforma sanitária pode salvá-la. O principal agente dessa doença grave é uma filosofia autoritária que permeia todas as instâncias — seja de esquerda ou de direita — e concebe a clientela da rede pública como cidadãos de segunda classe, *pacientes* ou *mulambos*, que não têm direito a um mínimo de conforto, acesso aos recentes avanços tecnológicos e o respeito que os seres humanos merecem.

Considero que essa Reforma Sanitária deve assumir os seguintes aspectos:

■ Ela é inseparável de um processo de democratização da sociedade, em que todos os brasileiros conquistem, efetivamente, a cidadania.

■ Ela deve fazer com que a melhoria da qualidade seja a prioridade máxima à qual serão subordinados todos os interesses envolvidos no setor saúde.

■ Ela deve ter como objetivo aprimorar o Suds, sem contrapor-se aos seus princípios básicos.

■ O sistema de remuneração dos profissionais deve ser modificado, introduzindo estímulo financeiro para os profissionais que prestam serviços melhores ou trabalham em localidades distantes.

■ O Estado deve contratar serviços de profissionais de Saúde, individual ou coletivamente, introduzindo a concorrência e o risco entre os profissionais.

■ O Estado deve redirecionar todo o sistema de compras de remédios, equipamentos e insumos, subordinando-o aos objetivos de melhorar a qualidade dos serviços, universalizar o atendimento e, ao mesmo tempo, reduzir despesas.

■ A fiscalização pela clientela deve ser um dos suportes básicos da melhoria da qualidade do atendimento que precisa ser personalizado e ter seu preço conhecido pelo cliente.

São propostas que me parecem contribuir para uma renovação progressista da rede pública de saúde em nosso país. Desejo discuti-las, amplamente, com todos os que se interessam pelas questões da saúde, sejam profissionais da área ou não.